

UNIDADE:

REDE SARAH

ORDEM:

APS

DOCUMENTO:

APS-ELE-000-TR-005

REVISÃO:

R04

BLOCO:

GERAL

NÍVEL:

GERAL

SETOR:

GERAL

MERCADO LIVRE – CONTRATAÇÃO DE FORNECIMENTO DE ENERGIA

TERMO DE REFERÊNCIA

DESCRICÃO:

CONTRATAÇÃO DE FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA DE FONTE INCENTIVADA, NO AMBIENTE DE CONTRATAÇÃO LIVRE, PARA AS UNIDADES DA REDE SARAH

DOCUMENTOS DE REFERÊNCIA

[illegible]

CONTROLE DE REVISÕES

[illegible]

ÍNDICE

1. DO OBJETO	3
2. DA JUSTIFICATIVA.....	3
3. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA DA PROPONENTE.....	4
4. DA ESPECIFICAÇÃO E DIRETRIZES DO FORNECIMENTO	5
5. DAS NORMAS	6
6. DAS PROPOSTAS E DO PAGAMENTO	7
7. PRAZO DE VIGÊNCIA	8
8. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA	8
9. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE	9
10. BDI – BONIFICAÇÃO E DESPESAS INDIRETAS	10
11. DOS FISCAIS DO CONTRATO E SUAS ATRIBUIÇÕES	10
12. DA SUBCONTRATAÇÃO	10
13. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA	10
14. MATRIZ DE RISCOS.....	11
15. DECLARAÇÃO DE CONFIDENCIALIDADE.....	13
16. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS	13
17. DOS ANEXOS	13
ANEXO I.....	14
ANEXO II.....	15

1. DO OBJETO

- 1.1. Contratação de empresa especializada para fornecimento de energia elétrica, com fonte incentivada 50%, no Ambiente de Contratação Livre (ACL), para as seguintes Unidades Consumidoras (UC) da Rede SARAH:

Tabela 1 - Unidades Consumidoras da Rede SARAH

Submercados	CNPJ	UC	Estado
Norte	37.113.180/0022-52	13034591	PA
	37.113.180/0008-02	1643	MA
Nordeste	37.113.180/0011-08	4092241	BA
	37.113.180/0011-08	4093967	
	37.113.180/0015-23	1495416	CE
Sudeste/ Centro Oeste	37.113.180/0020-90	400291820	RJ
	37.113.180/0002-09	3009010725	MG
	37.113.180/0018-76	820912-X	DF
	37.113.180/0001-28	889341-1	DF
	37.113.180/0004-70	945268-0	DF
	37.113.180/0004-70	491840-1	DF

2. DA JUSTIFICATIVA

- 2.1. Um dos compromissos sociais da APS - Associação das Pioneiras Sociais - Rede SARAH de Hospitais de Reabilitação é de evoluir permanente e sistematicamente os atributos de sustentabilidade das suas edificações, de modo a reduzir o impacto ambiental das suas operações. Para tanto desenvolve estudos e elabora cenários para otimização energética, hídrica e de resíduos das suas Unidades, sendo uma das estratégias definidas a operação no ACL – Ambiente de Contratação Livre, com o objetivo de reduzir os custos com energia elétrica, bem como intensificar a utilização de fontes de energia renovável.
- 2.2. Dentre as soluções analisadas para redução de custos, observou-se que a aquisição de energia para os prédios das unidades da APS, listadas na tabela 1, no ACL, mostra-se oportuna, possibilitando ganhos expressivos em relação aos valores das tarifas praticadas pelas Concessionárias no ACR – Ambiente de Contratação Regulada.
- 2.3. Diante da atual conjuntura climática, econômica e estrutural do mercado de energia, entende-se que a manutenção da operação no ACL mostra-se vantajosa para o perfil das UC's da APS.
- 2.4. Considerando que as Unidades da APS migraram para o ACL no decorrer do ano de 2021, a presente contratação se faz necessária para garantir a disponibilidade de energia no futuro próximo.
- 2.5. O prazo de fornecimento proposto nesta contratação justifica-se pelo fato de garantir maior interesse e segurança para as empresas PROPONENTES, bem como possibilita propostas economicamente mais vantajosas para a APS.

3. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA DA PROPONENTE

3.1. Durante a fase de apresentação das propostas, a documentação relativa à qualificação técnica deverá ser composta de:

3.1.1. Comprovação de que a PROPONENTE é Agente da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), na categoria de geração ou na categoria de comercialização, e não possui pendências junto à mesma, através de apresentação de Certidão de Adimplemento emitida pela CCEE, com data de emissão não superior a 30 (trinta) dias, no momento da assinatura do contrato;

3.1.2. Apresentação de, no mínimo, 1 (um) atestado emitido por empresas consumidoras de energia, comprovando que a PROPONENTE realizou o fornecimento de energia incentivada pelo prazo de, pelo menos, 1 (um) ano, em volumes iguais ou superiores a 1 MWm e flexibilidade maior ou igual a 20%.

3.1.2.1. Os atestados deverão conter, no mínimo, as seguintes informações:

- a) empresa consumidora;
- b) tipo de energia fornecida;
- c) volume contratado;
- d) flexibilidades contratuais;
- e) submercado de fornecimento;
- f) data de início e término do fornecimento.

3.1.2.2. Os atestados deverão ser devidamente datados e assinados pela empresa consumidora.

3.1.2.3. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

3.1.2.4. A PROPONENTE deve disponibilizar todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados solicitados, apresentando documentos tais como, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, respeitando as condições de confidencialidade das informações.

3.1.3. Declaração do PROPONENTE, assinada por seu representante legal, que possui lastro suficiente para a venda de energia elétrica para o período de fornecimento estabelecido neste Termo de Referência na quantidade, em MW médios, de no mínimo 120% da quantidade de energia requerida, através de parque gerador próprio ou por contratos de compra de energia elétrica. Este lastro deve ser suficiente para cumprir com os compromissos de venda de energia elétrica que vier a assumir pela sua participação na presente contratação, bem como atestar que encontra-se neste momento desimpedida de qualquer outro compromisso que restrinja a execução do contrato com a APS.

4. DA ESPECIFICAÇÃO E DIRETRIZES DO FORNECIMENTO

- 4.1. A presente contratação deve contemplar o fornecimento do volume de energia conforme Tabela 2, por tipo de energia, submercado e ano de fornecimento, durante o prazo de 3 (três) anos, distribuído para as Unidades Consumidoras mencionadas no item 1 deste documento.

Tabela 2 - Volume de energia da contratação

Rede Sarah - Volume de Contratação				
Submercado Energia		SE/CO	NE	N
		Incentivada 50%	Incentivada 50%	Incentivada 50%
2027	MWm	0,72	0,29	0,17
2028	MWm	2,40	0,99	0,57
2029	MWm	2,40	0,99	0,57
Total	MWm	5,52	2,27	1,31

- 4.2. **ATENDIMENTO DA CARGA:** Conforme percentuais da tabela seguinte.

Tabela 3 – Volume de energia da contratação – Valores percentuais

Rede Sarah - Volume de Contratação - Atendimento da Carga			
Submercado	SE/CO	NE	N
Energia	% da Carga	% da Carga	% da Carga
2027	30%	30%	30%
2028	100%	100%	100%
2029	100%	100%	100%

- 4.2.1. Os valores da Tabela 2 já refletem os percentuais supracitados.
- 4.3. **SAZONALIZAÇÃO DO VOLUME:** +/- 20% em relação ao montante total contratado, por tipo de energia e submercado, a ser informado até o dia 30 de novembro do ano anterior ao ano de suprimento.
- 4.4. **FLEXIBILIDADE:** +/- 20% em relação ao volume sazonalizado, por tipo de energia e submercado.
- 4.4.1. A apuração da Flexibilidade será realizada por submercado, considerando o consumo registrado no SCDE das Unidades Consumidoras do respectivo submercado, somadas as perdas da rede básica (3%) menos a energia do PROINFA, multiplicado pelo percentual de Atendimento da Carga definido no item 4.2.
- 4.5. **MODULAÇÃO:** conforme perfil de carga de cada Unidade Consumidora.
- 4.6. **DATA BASE PREÇO:** correspondente ao mês de emissão da proposta.
- 4.7. **RESSARCIMENTO PARA DESCONTO DA TUSD:** caso aplicável, o ressarcimento por desconto na TUSD inferior ao contratado deverá ser integral, com ajuste mensal, a ser previsto na Nota Fiscal (fatura de energia).

4.8. REGISTRO DA ENERGIA PARA UNIDADES CONSUMIDORAS: a PROPONENTE deverá prever a possibilidade de transferência da energia contratada flexibilizada entre a(s) Unidade(s) Consumidora(s), independente de seu submercado.

4.8.1. A CONTRATANTE terá liberdade de alocar a energia contratada entre as Unidades Consumidoras listadas no item 1.1 acima, respeitando o volume flexibilizado por submercado.

4.8.2. Eventuais exposições em função do registro de energia em submercado diferente do submercado da Unidade Consumidora serão de responsabilidade da CONTRATANTE.

4.9. REGISTRO DA ENERGIA NO CLIQCEE: A energia contratada deverá ser registrada no CliqCEE, conforme as Regras de Comercialização e/ou os Procedimentos de Comercialização da CCEE.

5. DAS NORMAS

5.1. A empresa CONTRATADA deverá atender todas as normas vigentes relativas ao objeto deste Termo de Referência, instruções técnicas, instruções e resoluções dos órgãos do sistema CREA e CONFEA, normas de concessionárias de serviços públicos, normas da APS, códigos, leis, decretos e portarias federais, estaduais e municipais, bem como as boas práticas de engenharia. A seguir são elencadas as principais normativas:

- a) Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995;
- b) Lei nº 9.648, de 27 de maio de 1998;
- c) Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002;
- d) Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004;
- e) Decreto nº 2.655, de 2 de julho de 1998;
- f) Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004;
- g) Decreto nº 5.177, de 12 de agosto de 2004;
- h) Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996;
- i) Lei nº 10.762, de 11 de novembro de 2003;
- j) Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007;
- k) Lei nº 11.943, de 28 de maio de 2009;
- l) Lei nº 12.111, de 09 de dezembro de 2009;
- m) Medida Provisória nº 579, de 11 de setembro de 2013;
- n) Medida Provisória nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013;
- o) Resoluções ANEEL nº 77, de 18 de agosto de 2004;
- p) Resoluções ANEEL nº 247, de 21 de dezembro de 2006;
- q) Resolução Normativa ANEEL nº 1.012, de 29 de março de 2022;
- r) Convenção de Comercialização de Energia Elétrica;

- s) Orientações da área técnica da bem como as Normas aplicáveis aos fornecedores da Rede SARAH, disponível nos seguintes links:

Item	Norma	Disponível
01	Contrato Geral para Fornecimento de Bens e Serviços-CGF	https://www2.sarah.br/compras/Arquivos/ContratoGeralFornecimento.pdf
02	Regulamento de Compras e Contratações-RCC	https://www.sarah.br/media/4873/regulamentocomprascontratacoes20240319.pdf
03	Manual do Fornecedor	https://www2.sarah.br/compras/Arquivos/ManualFornecedor.pdf
04	Código de Ética	https://www.sarah.br/media/3468/201806702-codigodeetica-v20-pag-double.pdf

6. DAS PROPOSTAS E DO PAGAMENTO

- 6.1. A contratação será por menor preço global, incluindo despesas acessórias tais como garantias, fianças bancárias, seguros, etc.
- 6.1.1. Durante a execução do CONTRATO, serão realizados pagamentos mensais, mediante cumprimento das condições especificadas neste Termo, após o devido faturamento e registro do montante de energia validado na CCEE.
- 6.1.2. O prazo para pagamento será até o dia 25 (vinte e cinco) do mês subsequente ao de fornecimento.
- 6.1.3. A CONTRATADA deverá encaminhar a nota fiscal/fatura de energia à APS em até 10 (dez) dias úteis anteriores à sua data de vencimento.
- 6.1.4. A nota fiscal/fatura de energia deverá ser encaminhada em via digital ao e-mail mercadodeenergia@sarah.br ou outros a serem indicados pela APS.
- 6.1.5. A APS indicará à CONTRATADA, até o 3º (segundo) dia útil do mês subsequente ao de fornecimento, o montante de Energia Elétrica Mensal a ser faturado e registrado para cada Unidade Consumidora, respeitando o volume total flexibilizado do respectivo mês, apurado conforme definido nas cláusulas 4.4 e 4.8.
- 6.1.6. O preço proposto deverá contemplar os tributos PIS/COFINS, calculados na forma da legislação específica.
- 6.1.7. O Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) não deverá ser incluído no valor da proposta, e será calculado posteriormente no momento do faturamento, em função das diferentes alíquotas e modalidades de recolhimento praticadas por cada unidade federativa.
- 6.2. A apresentação da proposta de preço deverá contemplar orçamento detalhado do custo global do fornecimento, em planilha orçamentária demonstrando os quantitativos, custos unitários, custos parciais e custo total, conforme modelo do anexo I.
- 6.3. Na proposta deverão estar descritas e explicitadas todas as condições contempladas no escopo de fornecimento.

6.4. A PROPONENTE deverá incluir em seus custos todas as despesas necessárias a prestar os seus serviços de acordo com toda regulamentação aplicável que esteja ou não citada nesta especificação.

6.5. O reajuste dos valores está estipulado na minuta contratual.

6.5.1. O reajuste será feito considerando a variação acumulada do índice, desde que positiva, entre a DATA BASE e a data do reajuste.

6.6. A apresentação da proposta implicará plena aceitação, por parte da PROPONENTE, das condições estabelecidas neste Termo de Referência e seus Anexos.

6.7. O preço proposto será de exclusiva responsabilidade da PROPONENTE, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração do mesmo, sob a alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.8. A proposta deverá ter validade mínima de 10 (dez) dias corridos.

7. PRAZO DE VIGÊNCIA

7.1. O presente CONTRATO terá início na data de sua assinatura, passando a produzir seus efeitos jurídicos a partir de 1º de janeiro de 2027, e permanecerá vigente pelo prazo de 36 (trinta e seis) meses, com término previsto para 31 de dezembro de 2029, podendo ser prorrogado mediante termo aditivo, conforme interesse das partes e observadas as disposições legais do Regulamento de Compras e Contratações da CONTRATANTE.

8. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1. São obrigações da CONTRATADA:

- a) Executar o fornecimento de energia elétrica conforme especificações do Edital e de sua proposta, com a alocação de pessoas, e demais recursos necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais.
- b) Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, fiscais, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à APS.
- c) Quando se fizer necessário, atender às convocações da APS para comparecer a reuniões no domicílio desta, ou nos locais que a instituição designar, ou ainda através da Internet, conforme acordado entre as partes.
- d) Reconhecer sua inteira responsabilidade pela iniciativa de planejar e executar as atividades objeto deste Termo.
- e) Levar ao conhecimento da FISCALIZAÇÃO da APS qualquer fato extraordinário ou anormal que ocorra durante a execução do CONTRATO para a adoção das medidas cabíveis.
- f) Responsabilizar-se pelo ônus resultante de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos causados por culpa ou dolo de seus empregados, prepostos e/ou contratados, bem como obrigar-se por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais que lhe venham a ser atribuídas por força de lei, relacionadas com o cumprimento do presente CONTRATO, inclusive riscos de engenharia e de responsabilidade civil.
- g) Responder por atos ou omissões imputados a seus empregados, subcontratados e/ou prepostos, os quais resultem perdas e danos à APS e/ou terceiros.

- h) Prestar todos os esclarecimentos ou informações solicitadas pela APS, quando relativos à execução do CONTRATO.
- i) Manter durante a vigência do CONTRATO, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- j) Registrar e/ou ajustar os contratos de comercialização de energia elétrica firmados com a APS no CliqCCEE.
- k) Assumir todos os riscos, custos, obrigações, responsabilidades, tributos, tarifas, encargos setoriais, encargos de transmissão, distribuição e conexão e Perdas da Rede Básica, porventura devidos e/ou verificados em face da disponibilização da Energia Elétrica Contratada - EC no Centro de Gravidade do Submercado de Entrega, decorrentes das atividades de geração ou comercialização e previstos na legislação vigente.
- l) Designar uma área de atendimento responsável pelo relacionamento com a CONTRATANTE, quando da assinatura do CONTRATO, com autonomia para tomar decisões que impactem no bom andamento dos serviços. Sempre que convocado, deve estar disponível para contato via telefone durante o horário comercial e e-mail a qualquer tempo durante a vigência do CONTRATO. Em situação emergencial poderá ser convocada uma videoconferência pela CONTRATANTE, devendo ser atendida até no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas da solicitação para resolução e esclarecimentos de quaisquer problemas relacionados com o suprimento contratado. Em situações não emergenciais poderá ser convocada reunião via videoconferência com antecedência de 72h.
- m) Obter e manter válidas, durante o prazo de vigência do CONTRATO, todas as licenças e autorizações atinentes à execução do objeto.
- n) Cumprir rigorosamente toda a legislação aplicável às atividades a serem desempenhadas, especialmente àquelas, de natureza geral ou particular, oriundas da ANEEL, ONS, CCEE ou de qualquer outro agente ou órgão regulador do sistema elétrico brasileiro com competência sobre a matéria.
- o) solucionar eventuais falhas operacionais que possam interferir na entrega do produto de energia sem ônus à CONTRATANTE.
- p) executar todas as atividades necessárias a fim de garantir, ininterruptamente, o lastro de energia proveniente do ACL a todas as UNIDADES CONSUMIDORAS durante todo o período de vigência do CONTRATO.
- q) em situação emergencial que possa comprometer o fornecimento de energia elétrica ou execução do OBJETO, atender a eventual videoconferência convocada pela CONTRATANTE em no máximo de 2 (duas) horas da solicitação, na qual será acordado o prazo para resolução de quaisquer problemas relacionados com os serviços contratados.

9. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

9.1. São obrigações da CONTRATANTE:

- a) Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as disposições deste TR, as cláusulas contratuais, o Edital e os termos de sua proposta.
- b) Pagar à CONTRATADA o valor resultante do fornecimento de energia elétrica, no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos.
- c) Notificar a CONTRATADA por escrito sobre a ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção.

- d) Fornecer à CONTRATADA as informações que se fizerem necessárias ao cumprimento do objeto desta contratação.
- e) Fiscalizar, podendo sustar, recusar, solicitar fazer ou desfazer qualquer entrega que não esteja de acordo com as condições e exigências estabelecidas em Edital e seus anexos.
- f) Validar os contratos de comercialização de energia elétrica firmados com a CONTRATADA no CliqCCEE.
- g) Caso o montante de energia consumido exceda ou não alcance o montante mensal contratado após aplicação da flexibilidade superior ou inferior, respectivamente, a CONTRATANTE será responsável pela liquidação mensal das diferenças, conforme normativas da CCEE.

10. BDI – BONIFICAÇÃO E DESPESAS INDIRETAS

- 10.1. Considera-se a empresa CONTRATADA como especializada no fornecimento de energia elétrica, objeto da contratação, o que significa que os preços ofertados contemplam o BDI incluindo todos os custos diretos e indiretos, impostos, contribuições, taxas, encargos sociais, etc., necessários à completa execução do CONTRATO, exceto quando explicitado em contrário neste documento.

11. DOS FISCALIS DO CONTRATO E SUAS ATRIBUIÇÕES

- 11.1. A execução do contrato será fiscalizada pela Coordenação Administrativa Financeira da Rede SARAH, sediada em Brasília/DF, pelo profissional Isabele Bomfim Fernandes (e-mail 20222267@sarah.br), que será o fiscal do contrato.
- 11.2. O fiscal do contrato é o responsável por garantir o cumprimento das obrigações contratuais, fazer o acompanhamento e a fiscalização da execução, procedendo ao registro de eventuais ocorrências e determinando prazo para regularização das providências necessárias, além de aprovar/atestar as medições da execução do contrato.
- 11.3. A presença da fiscalização da APS durante a execução do contrato, quaisquer que sejam os atos praticados no desempenho de suas atribuições, não implicará solidariedade ou corresponsabilidade com a CONTRATADA, que responderá única e integralmente pela execução do objeto contratado, sendo responsável por qualquer irregularidade procedida, inclusive perante terceiros, na forma da legislação em vigor.

12. DA SUBCONTRATAÇÃO

- 12.1. Não será admitida a subcontratação do objeto deste Termo de Referência.

13. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

- 13.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na seleção original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do CONTRATO; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da CONTRATANTE à continuidade do CONTRATO.

14. MATRIZ DE RISCOS

14.1. A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA.

14.1.1. Constituem riscos a serem suportados pela CONTRATADA:

14.1.1.1. Caso haja incidência de responsabilidade civil, administrativa, tributária, ambiental ou criminal por ações, omissões ou fatos imputáveis exclusivamente à CONTRATADA, e que resultem em consequências inevitáveis, deve ocorrer a análise da situação pela CONTRATANTE quanto ao ocorrido, podendo haver solicitação de informações adicionais.

14.1.1.2. Constituem riscos a serem compartilhados pelas partes, na proporção de 50% (cinquenta por cento) para o CONTRATANTE e 50% (cinquenta por cento) para a CONTRATADA:

14.1.1.2.1. Na hipótese de vigência de racionamento ou racionalização, as responsabilidades contratuais, bem como quaisquer outras decorrentes de determinações do Poder Público que visem à redução emergencial do consumo, serão regidas pela legislação vigente e/ou pelas Regras de Comercialização aplicáveis, que venham a ser definidas pela autoridade competente.

14.1.1.2.2. Por se tratar de serviço essencial, a redução que vier a ser adotada pela legislação aplicável ao setor elétrico, referente aos submercados das Unidades Consumidoras, durante o período de racionamento ou racionalização, somente deverá ser aplicada mediante determinação legal específica. Na hipótese de existir determinação legal de redução, mas ocorrer omissão da autoridade competente quanto às regras aplicáveis a este CONTRATO, e não havendo disposições correspondentes nas Regras de Comercialização, será adotada a redução definida pela legislação vigente para o setor elétrico, relativa aos respectivos submercados das Unidades Consumidoras, enquanto perdurar o racionamento ou racionalização.

14.1.1.2.3. Para fins de justificativa de atraso ou falta cometida por qualquer uma das partes, considera-se caso fortuito ou força maior os fatos cujos efeitos não possam ser evitados ou impedidos, nos termos do parágrafo único do art. 393 do Código Civil Brasileiro, desde que tais causas afetem diretamente os serviços contratados.

14.1.1.2.4. A Parte afetada pela ocorrência de um caso fortuito ou de força maior deverá comunicar o fato à outra Parte em um prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas contados da data do evento. A comunicação deverá ser feita por escrito e conter: a descrição pormenorizada do caso fortuito ou de força maior; informações que indiquem a sua natureza; a extensão em que compromete o cumprimento das obrigações da Parte afetada nos termos deste CONTRATO; e a estimativa do período em que a Parte ficará impedida de cumprir suas obrigações suspensas pelo referido evento.

14.1.1.2.5. A suspensão das obrigações em decorrência de caso fortuito ou de força maior não exime a Parte afetada do pagamento de montantes devidos relativos ao período anterior à ocorrência do evento e/ou referentes a obrigações não afetadas pelo caso fortuito ou de força maior.

14.1.1.2.6. A Parte afetada pelo evento de caso fortuito ou força maior se compromete a adotar todas as medidas que estejam no seu alcance para superar os efeitos do evento, que obstem o cumprimento de suas obrigações ou para mitigar a extensão desses efeitos com vistas ao cumprimento, ainda que parcial, das suas obrigações nos termos deste CONTRATO.

14.1.1.2.7. Cessado o evento de caso fortuito ou força maior, a Parte afetada deverá comunicar o fato à outra Parte no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, mediante notificação por escrito, e retomar imediatamente o cumprimento das suas obrigações nos termos deste CONTRATO.

14.1.1.2.8. Para fins deste CONTRATO, em nenhuma circunstância, a ocorrência de quaisquer dos itens abaixo listados configurará um evento de caso fortuito ou força maior:

- a. Problemas e/ou dificuldades de ordem econômico-financeira de quaisquer das Partes, ressalvada situação de ordem orçamentária;
- b. Qualquer ação de autoridade competente, que quaisquer das Partes pudesse ter evitado se tivesse cumprido com a legislação;
- c. Insolvência, liquidação, falência ou recuperação judicial ou extrajudicial; encerramento, término ou evento semelhante de quaisquer das Partes ou de suas Partes Relacionadas;
- d. A possibilidade de aquisição da Energia Contratada, pelo CONTRATANTE, de terceiros ou diretamente na CCEE a preços mais vantajosos do que o estabelecido neste CONTRATO;
- e. A possibilidade de venda da Energia Contratada, pela CONTRATADA, à terceiros ou diretamente na CCEE a preços mais vantajosos do que o estabelecido neste CONTRATO;
- f. Perda de mercado do CONTRATANTE ou a impossibilidade desta de utilizar a Energia Contratada;
- g. Greve e/ou interrupções trabalhistas ou medidas de efeito semelhante, de empregados e contratados de uma das Partes e/ou de suas contratadas;
- h. A necessidade de realização de paradas nas instalações do CONTRATANTE, sejam elas previstas ou extraordinárias para manutenção e reparos;
- i. Eventuais falhas nas instalações de Distribuição da concessionária local, à qual esteja conectada o CONTRATANTE, que impeçam ou dificultem o consumo da Energia Contratada;
- j. Variações no PLD ou qualquer tipo de alteração na sua metodologia de cálculo, bem como variações de preços no Mercado Livre ou mesmo no Mercado Cativo.

14.2. A Tabela 2 apresenta um resumo da Matriz de Riscos:

Tabela 2 – MATRIZ DE RISCOS

DESCRIÇÃO	CONSEQUÊNCIA	MITIGAÇÃO	RESPONSÁVEL
Racionamento e Racionalização	Redução do escopo contratual	Alertar para o agravamento da situação de geração de energia elétrica que sucede durante o CONTRATO, buscando melhorar a eficiência energética, de forma a manter a disponibilidade de energia elétrica.	CONTRATANTE CONTRATADA
Caso Fortuito e Força Maior	Efeitos que não seja possível evitar	Notificação da parte afetada à outra parte dentro do prazo definido e comprometimento para adoção de todas as medidas que estejam no seu alcance para superar os efeitos decorrentes do Caso Fortuito ou da Força Maior.	
Responsabilidade e Indenização	Multa por rescisão contratual	Multa por rescisão contratual	
Incidência de responsabilidade civil, administrativa, tributária, ambiental ou criminal por ações, omissões ou fatos imputáveis exclusivamente ao contratado.	Efeitos inevitáveis	Análise e decisão quanto ao ocorrido, podendo haver solicitação de informações adicionais.	CONTRATADA

15. DECLARAÇÃO DE CONFIDENCIALIDADE

- 15.1. Considerando a natureza das atividades desenvolvidas, a CONTRATADA deve se comprometer, no momento da contratação, a não divulgar qualquer detalhe relativo aos serviços.
- 15.2. A equipe técnica, sócios, diretores e outras pessoas envolvidas na execução dos serviços que constituem o objeto do presente Termo de Referência assinarão Termo de Confidencialidade e Não Divulgação das informações a que, eventualmente, possam ter acesso no curso da execução dos serviços.

16. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- 16.1. Ao apresentar a proposta técnica e comercial, a empresa PROPONENTE está de pleno acordo que a execução do objeto de que trata este Termo é factível e que entregará todos os itens contratados dentro das condições estabelecidas pela APS.

17. DOS ANEXOS

- a) Anexo I - Modelo de planilha de formação de preços; e
- b) Anexo II – Termo de Confidencialidade.

Brasília, 24 de novembro de 2025.

Isabele Bomfim Fernandes

Área de Coordenação Administrativa Financeira

Luiz Roberto Vianna

Área de Coordenação Administrativa Financeira

ANEXO I

MODELO DE PLANILHA DE FORMAÇÃO DE PREÇOS

Rede Sarah - Tabela de preços										
Submercado	SE/CO			NE			N			Total
Energia	Incentivada 50%			Incentivada 50%			Incentivada 50%			R\$
Preços	MWh	Preço R\$/MWh	Total R\$	MWh	Preço R\$/MWh	Total R\$	MWh	Preço R\$/MWh	Total R\$	
2027	0,720			0,290			0,170			
2028	2,400			0,990			0,570			
2029	2,400			0,990			0,570			
Total	5,520			2,270			1,310			

VALOR TOTAL DA PROPOSTA: (valor em algarismo e por extenso)

BANCO / AGÊNCIA / CONTA CORRENTE:

VALIDADE DA PROPOSTA:

CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

Declaramos que a nossa opção tributária é: _____

Declaro ciência das condições contidas no Edital e em seus anexos e demais documentos correlatos, bem como de que cumpro plenamente os requisitos de habilitação definidos no Edital;

Declaro que até a presente data inexistem fatos impeditivos para a habilitação no presente processo de contratação, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

Observação: A proposta de preços deverá incluir todos os custos diretos e indiretos que incidam sobre o preço ou venham a incidir sobre o fornecimento (tributos aplicáveis, seguros, encargos sociais e trabalhistas, comerciais, equipamentos, ferramentas, deslocamentos dos profissionais, despesas administrativas e quaisquer outros custos necessários à execução do CONTRATO). Esta planilha é simplesmente um modelo para demonstração da proposta de preços.

LOCAL/DATA:

ASSINATURA

ANEXO II
TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO

O Serviço Social Autônomo **ASSOCIAÇÃO DAS PIONEIRAS SOCIAIS (“APS – Rede SARAH”)**, pessoa jurídica de direito privado, criada na forma da Lei nº 8.246 de 22 de outubro de 1991, cadastrada no CNPJ/MF sob o nº 37.113.180/0001-28, e suas filiais, não contribuinte de ICMS conforme Protocolo ICMS 05/2002, com sede no SMHS Quadra 301, Bloco B, nº 45, CEP: 70.335-901, Brasília/DF, doravante denominada **CONTRATANTE**, neste ato representada por sua Diretora Tesoureira, Sra. **Célia Corrêa**, brasileira, viúva, economista, portadora da C. I. nº 2.014.673, expedida pela SSP/BA, cadastrada no CPF/MF sob o nº 221.301.361-68, residente e domiciliada em Brasília/DF.

A _____, cadastrada no CNPJ/MF sob o nº _____, com sede na _____, CEP _____, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato, representada pelo Sr. _____, (qualificação: nacionalidade, estado civil e profissão), portador da C. I. nº _____, expedida pelo _____, cadastrado no CPF/MF sob o nº _____, residente e domiciliado em _____.

CONSIDERANDO que, em razão do CONTRATO CW _____ doravante denominado CONTRATO PRINCIPAL, a contratada poderá ter acesso a informações sigilosas da **CONTRATANTE**.

CONSIDERANDO a necessidade de ajustar as condições de revelação destas informações sigilosas, bem como definir as regras para o seu uso e proteção.

CONSIDERANDO o disposto na Política de Segurança da Informação da **CONTRATANTE**.

Resolvem celebrar o presente **TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO**, doravante **TERMO**, vinculado ao **CONTRATO PRINCIPAL**, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA**OBJETO**

A **CONTRATADA** reconhece que durante a execução do CONTRATO CW _____, por força das atividades próprias e necessárias a serem executadas, terá acesso, por si e por seus diretores, empregados e/ou prepostos e colaboradores, a informações, dados (inclusive dados pessoais e eventuais dados pessoais sensíveis), documentos e congêneres, de propriedade, produzidos, transitados ou guardados pela **CONTRATANTE**, podem e devem ser conceituadas como sigilosos e protegidos (confidenciais) para todos os fins legais e de direito.

Parágrafo Único - Estas informações devem ser tratadas confidencialmente sob qualquer condição e não podem ser divulgadas a terceiros não autorizados, aí se incluindo os próprios empregados do **CONTRATANTE** e da **CONTRATADA** que não têm autorização para acesso àqueles dados, sem a expressa e formal autorização do representante legal da **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA SEGUNDA**ALCANCE**

As estipulações e obrigações constantes do presente instrumento serão aplicadas a todas e quaisquer **INFORMAÇÕES** reveladas pela **CONTRATANTE** ou a que tenha acesso a **CONTRATADA** independente da ação da **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA TERCEIRA**CONCEITOS E DEFINIÇÕES**

Para os efeitos deste TERMO, são estabelecidos os seguintes conceitos e definições:

Informação: é o conjunto de dados organizados de acordo com procedimentos executados por meios eletrônicos ou não, que possibilitam a realização de atividades específicas e/ou tomada de decisão.

Informação Ostensiva: são aquelas cujo acesso é irrestrito, obtida por divulgação pública ou por meio de canais autorizados pela **CONTRATANTE**.

Informações Sensíveis: são todos os conhecimentos estratégicos que, em função de seu potencial no aproveitamento de oportunidades ou desenvolvimento nos ramos econômico, político, científico, tecnológico, militar e social, possam beneficiar a Sociedade e o Estado brasileiros.

Informações Sigilosas: são aquelas cujo conhecimento irrestrito ou divulgação possam acarretar qualquer risco à segurança da sociedade e do Estado, bem como aquelas necessárias ao resguardo da inviolabilidade da intimidade, da vida privada, da honra e da imagem das pessoas.

Contrato Principal: contrato celebrado entre as partes, ao qual este TERMO se vincula.

CLÁUSULA QUARTA **INFORMAÇÕES SIGILOSAS**

Serão consideradas como informação sigilosa, toda e qualquer informação escrita ou oral, revelada a outra parte, contendo ou não a expressão confidencial e/ou reservada. O TERMO informação abrangerá toda informação escrita, verbal, ou em linguagem computacional em qualquer nível, ou de qualquer outro modo apresentada, tangível ou intangível, podendo incluir, mas não se limitando a: know-how, técnicas, especificações, relatórios, compilações, código fonte de programas de computador na íntegra ou em partes, fórmulas, desenhos, cópias, modelos, amostras de ideias, aspectos financeiros e econômicos, definições, informações sobre as atividades da **CONTRATANTE** e/ou quaisquer informações técnicas/comerciais relacionadas/resultantes ou não ao CONTRATO PRINCIPAL, doravante denominados INFORMAÇÕES, a que diretamente ou pelos seus empregados, a contratada venha a ter acesso, conhecimento ou que venha a lhe ser confiada durante e em razão das atuações de execução do CONTRATO PRINCIPAL celebrado entre as partes.

Parágrafo Primeiro – Comprometem-se, as partes, a não revelar, copiar, transmitir, reproduzir, utilizar, transportar ou dar conhecimento, em hipótese alguma, a terceiros, bem como a não permitir que qualquer empregado envolvido direta ou indiretamente na execução do CONTRATO PRINCIPAL, em qualquer nível hierárquico de sua estrutura organizacional e sob quaisquer alegações, faça uso dessas informações, que se restringem estritamente ao cumprimento do CONTRATO PRINCIPAL.

Parágrafo Segundo – As partes deverão cuidar para que as informações sigilosas fiquem restritas ao conhecimento das pessoas que estejam diretamente envolvidas nas atividades relacionadas à execução do objeto do CONTRATO PRINCIPAL.

CLÁUSULA QUINTA **DIREITOS E OBRIGAÇÕES**

As partes se comprometem e se obrigam a utilizar a informação sigilosa revelada pela outra parte exclusivamente para os propósitos da execução do **CONTRATO PRINCIPAL**, em conformidade com o disposto neste TERMO.

Parágrafo Primeiro – A contratada se compromete a não efetuar qualquer tipo de cópia da informação sigilosa sem o consentimento expresso e prévio da **CONTRATANTE**.

Parágrafo Segundo – A contratada compromete-se a dar ciência e obter o aceite formal da direção e empregados que atuarão direta ou indiretamente na execução do CONTRATO PRINCIPAL sobre a existência deste TERMO, bem como da natureza sigilosa das informações.

I – A **CONTRATADA** deverá firmar acordos por escrito com seus empregados visando garantir o cumprimento de todas as disposições do presente TERMO e dará ciência à **CONTRATANTE** dos documentos comprobatórios.

Parágrafo Terceiro – A **CONTRATADA** obriga-se a tomar todas as medidas necessárias à proteção da informação sigilosa da **CONTRATANTE**, bem como evitar e prevenir a revelação a terceiros, exceto se devidamente autorizado por escrito pela **CONTRATANTE**.

Parágrafo Quarto – Cada parte permanecerá como fiel depositária das informações reveladas à outra parte em função deste TERMO.

I – Quando requeridas, as informações deverão retornar imediatamente ao proprietário, bem como todas e quaisquer cópias eventualmente existentes.

Parágrafo Quinto – A **CONTRATADA** obriga-se por si, sua controladora, suas controladas, coligadas, representantes, procuradores, sócios, acionistas e cotistas, por terceiros eventualmente consultados, seus empregados, contratados e subcontratados, assim como por quaisquer outras pessoas vinculadas à contratada, direta ou indiretamente, a manter sigilo, bem como a limitar a utilização das informações disponibilizadas em face da execução do **CONTRATO PRINCIPAL**.

Parágrafo Sexto - A **CONTRATADA**, na forma disposta no parágrafo primeiro, acima, também se obriga a:

I – Não discutir perante terceiros, usar, divulgar, revelar, ceder a qualquer título ou dispor das informações, no território brasileiro ou no exterior, para nenhuma pessoa, física ou jurídica, e para nenhuma outra finalidade que não seja exclusivamente relacionada ao objetivo aqui referido, cumprindo-lhe adotar cautelas e precauções adequadas no sentido de impedir o uso indevido por qualquer pessoa que, por qualquer razão, tenha acesso a elas.

II – Responsabilizar-se por impedir, por qualquer meio em direito admitido, arcando com todos os custos do impedimento, mesmo judiciais, inclusive as despesas processuais e outras despesas derivadas, a divulgação ou utilização das Informações Proprietárias por seus agentes, representantes ou por terceiros.

III – Comunicar à **CONTRATANTE**, de imediato, de forma expressa e antes de qualquer divulgação, caso tenha que revelar qualquer uma das informações, por determinação judicial ou ordem de atendimento obrigatório determinado por órgão competente.

IV – Identificar as pessoas que, em nome da contratada, terão acesso às informações sigilosas.

Parágrafo Sétimo - Fica a **CONTRATANTE**, com base nos princípios instituídos na Segurança da Informação, zelar para que as **INFORMAÇÕES** que receber e tiver conhecimento sejam tratadas conforme a natureza de classificação informada pela **CONTRATADA**.

CLÁUSULA SEXTA

LIMITAÇÕES DA CONFIDENCIALIDADE

As obrigações constantes deste **TERMO** não serão aplicadas às **INFORMAÇÕES** que:

- a) sejam comprovadamente de domínio público no momento do acesso, da revelação ou após a revelação, exceto se isso ocorrer em decorrência de ato ou omissão das **PARTES**;
- b) tenham sido comprovadas e legitimamente recebidas de terceiros, estranhos ao presente sem compor o acervo de **INFORMAÇÕES** de responsabilidade da **CONTRATADA**;
- c) sejam reveladas em razão de cumprimento de determinação judicial para a qual tenha sido oficialmente instada a fazer, somente na sua exata extensão e obrigando-se, assim que tenha sido comunicada (intimação ou notificação), informar imediatamente o fato à **CONTRATANTE**, garantindo a essa, na medida do possível, tempo hábil para pleitear medidas de proteção que julgar cabíveis.

Parágrafo Único - Cada **PARTE** permanecerá como única proprietária de todas e quaisquer **INFORMAÇÕES** eventualmente reveladas à outra parte em função da execução do **CONTRATO**.

CLÁUSULA QUINTA

VIGÊNCIA

O presente **TERMO** tem natureza irrevogável e irretratável, permanecendo em vigor desde a data de sua assinatura até expirar o prazo de classificação da informação a que a contratada teve acesso em razão do **CONTRATO PRINCIPAL**.

CLÁUSULA SEXTA

PENALIDADES

A quebra do sigilo e/ou da confidencialidade das informações, devidamente comprovada, possibilitará a imediata aplicação de penalidades previstas conforme disposições contratuais e legislações em vigor que tratam desse assunto, podendo até culminar na rescisão do **CONTRATO PRINCIPAL** firmado entre as **PARTES**. Neste caso, a contratada estará sujeita, por ação ou omissão, ao pagamento ou recomposição de todas as perdas e danos sofridos pela **CONTRATANTE**, inclusive as de ordem moral, bem como as de responsabilidades civil e criminal, as quais serão apuradas em regular processo administrativo ou judicial, sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis.

**CLÁUSULA SÉTIMA
DISPOSIÇÕES GERAIS**

Este **TERMO** constitui vínculo indissociável ao **CONTRATO**, que é parte independente e regulatória deste instrumento, abrangente a totalidade da execução do CONTRATO CW_.

Parágrafo Primeiro - Divergências quanto à interpretação do pactuado neste **TERMO** ou quanto à execução das obrigações dele decorrentes e casos omissos, serão tratados pelas **PARTES** de acordo com os princípios da equidade, da razoabilidade, da economicidade, da boa-fé, e, as preencherão com estipulações que deverão corresponder e resguardar as **INFORMAÇÕES** da **CONTRATANTE**.

Parágrafo Segundo - O disposto no presente **TERMO** prevalecerá sempre em caso de dúvida, salvo expressa determinação em contrário, sobre eventuais disposições constantes de outros instrumentos legais conexos relativos à confidencialidade de **INFORMAÇÕES**.

Parágrafo Terceiro - A omissão ou tolerância das **PARTES**, em exigir o estrito cumprimento das condições estabelecidas neste instrumento, não constituirá novação ou renúncia, nem afetará os direitos, que poderão ser exercidos a qualquer tempo.

Parágrafo Quarto - As obrigações a que alude este instrumento perdurarão inclusive após a cessação do vínculo contratual entre o **CONTRATADO** e o **CONTRATANTE** e abrangem as informações presentes ou futuras.

**CLÁUSULA OITAVA
FORO**

Fica, desde já, eleito o foro da cidade de Brasília/DF, como o competente para dirimir todas as dúvidas e questões oriundas deste ajuste, renunciando as partes de qualquer outro, por mais privilegiado que seja. E, depois de lido e acordado, as partes assinam e rubricam o presente acordo firmado em 02 (duas) vias, para produção de seus efeitos.

Brasília-DF, __ de _____ de 2025.

Rede SARAH

CONTRATADA